

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web (https://www.folhabv.com.br)	Boa Vista	Política	22/04/2019

Boa Vista/Roraima - 11 de janeiro de 2019

VENHA TRABALHAR COM A GENTE

ASSINE JÁ

encontre na folhabv.com.br

FOLHA
DE BOA VISTA

COLUMNAS BLOGS CIDADES ESPORTES POLÍCIA POLÍTICA VARIEDADES SAÚDE RÁDIO FOLHA FOLHA DIGITAL FALE CONOSCO

GOVERNO DO ESTADO

Proposta de reforma administrativa deve concluir até maio

Conforme o governador Antonio Denarium (PSL), projeto de lei foi concluído na última quarta-feira

Por [Paola Carvalho](#)

Em 22/04/2019 às 01:34



Entre as medidas, estão criação de coordenações que vão atuar em diferentes setores, entre eles, na área de desenvolvimento e produção rural e na segurança pública (Foto: Diane Sampaio/FolhaBV)

A proposta de reforma administrativa do governo do Estado deve ser apresentada nos próximos dias na Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR). O anúncio foi feito pelo governador Antonio Denarium (PSL) durante entrevista ao programa Agenda da Semana, na Rádio Folha 100.3 FM, no domingo, 21.

Conforme Denarium, o projeto da reforma administrativa foi concluído na última quarta-feira, 17, com apoio do Movimento Brasil Competitivo, e está sendo formatado em projeto de lei, devendo ser apresentado na Assembleia Legislativa e para a população nos próximos dias.

"A reforma administrativa foi consolidada na Casa Civil, com as subchefias e mais oito secretarias. Nós estamos fixando por eixos de políticas públicas", explicou Denarium.

Alguns dos eixos anunciados pelo governador são os de produção e de segurança pública. O primeiro engloba a Secretaria de Agricultura (Seapa), Fundação Estadual do Meio Ambiente (Femarh), Agência de Desenvolvimento (Aderr), Instituto de Terras de Roraima (Iteraima) e Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação (lacti).

Já no eixo de segurança pública, serão englobados a Secretaria de Segurança Pública (Sesp), Polícia Militar (PMRR), Polícia Civil (PCRR) e Corpo de Bombeiros (CBMRR).

"Eles vão ser coordenados por uma das pastas que vai ser estruturada. Dessa forma, o governo vai ter mais tempo para atender cada eixo de política pública e reduzir o custo da máquina", completou.

No caso do eixo de produção, o governador informou que as pastas serão vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento, Produção e Inovação.

"A Secretaria de Agricultura será estruturada para ser a secretaria principal. As pastas serão vinculadas hierarquicamente ao coordenador do eixo de produção e subordinado ao governador do Estado. Desta forma, vamos fazer política pública direcionada, em grupos, em equipes", explica.

Para Denarium, desta forma, será mais fácil para tratar de assuntos que tenham pontos semelhantes.

"No caso de uma discussão que envolva o desenvolvimento do Estado na área da agricultura, eu teria que enviar os representantes da Femarh, da Aderr, para traçar um plano coordenado. Não adianta mandar só uma secretaria a um determinado local, de forma isolada. Desta forma, vamos atingir um número maior de pessoas e o resultado vai aparecer. A proposta é que toda secretaria trabalhe direcionada para um eixo de desenvolvimento", explicou.

O governador ressaltou também que a proposta também visa a uma maior diminuição de cargos comissionados. Denarium afirma que até o momento já foram reduzidos custos na ordem de R\$ 50 milhões ao ano no orçamento com o corte de comissionados.

REFORMA TRIBUTÁRIA – Ainda na questão da reforma do Estado, o governador Antonio Denarium lembrou que o volume de despesas ainda é maior do que o arrecadado. Por conta disto, a política atual é voltada para aumentar a arrecadação de Fundo de Participação dos Estados (FPE), como das receitas próprias de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Outra proposta é a de reforma tributária para que o Estado possa arrecadar mais. Entre as medidas anunciadas por Denarium, estão a de colocar um scanner no posto de

fiscalização no Jundiá para monitorar todos os caminhões que entram e mudar todo o processo de tecnologia e informação na Secretaria da Fazenda (Sefaz).

"De forma que todos possam ser tratados iguais. É injusto que se pague imposto da empresa e por algum artifício alguém passe sem pagar o imposto. Isso é uma concorrência desleal. Com o trabalho automatizado e uma fiscalização eficiente, nós vamos conseguir arrecadar mais".

O governador também completou que também fortaleceu o processo de regularização de inadimplentes. "Agora, todos os débitos de contribuintes de pessoa física ou jurídica, que estiverem atrasados com mais de 90 dias, serão colocados na dívida ativa e passado para a Proge para cobrança judicial", informou.

Já no caso do IPVA, o governador lembrou a campanha de parcelamento das dívidas em atraso junto ao Departamento Estadual de Trânsito de Roraima (Detran-RR) com o objetivo de regularizar os débitos, investir os valores e melhorar a qualidade do serviço.

<https://folhabv.com.br/noticia/Proposta-de-reforma-administrativa-deve-concluir-ate-maio/52491>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web (https://www.folhabv.com.br)	Boa Vista	Política	22/04/2019

Boa Vista/Roraima - 11 de janeiro de 2019

FOLHA
DE BOA VISTA

VENHA TRABALHAR COM A GENTE

ASSINE JÁ

COLUNAS BLOGS CIDADES ESPORTES POLÍCIA POLÍTICA VARIEDADES SAÚDE RÁDIO FOLHA FOLHA DIGITAL FALE CONOSCO

TRANSMISSÃO

Projeto quer reduzir custos da conta de energia

A iniciativa quer fixar em 5% os gastos com perda de transmissão, que atualmente é de 28%

Por [Paola Carvalho](#)

Em 22/04/2019 às 01:07



Previsão do parlamentar é que projeto de lei seja aprovado ainda no começo de maio na Comissão de Minas e Energia (Foto: Diane Sampaio/FolhaBV)

Um projeto de lei de autoria do deputado federal Édio Lopes (PR) quer reduzir os custos nas contas de energia do País. A iniciativa quer fixar em 5% os gastos com perda de transmissão. Atualmente, o percentual é de 28% somando os custos com inadimplência, ligações clandestinas, mais conhecidas como "gatos", e as perdas por transmissão.

A medida foi divulgada durante o programa Agenda Parlamentar, na Rádio Folha 100.3 FM, no sábado, 21. De acordo com o deputado, a soma do que a população paga pela ligação clandestina e perda de energia chega aos 28%. Ou seja, R\$ 28 a cada conta de R\$ 100.

Conforme o parlamentar, o custo com as irregularidades parece ser uma realidade que existe no Brasil, mas não nas demais localidades do mundo. O deputado ressaltou que a perda por transmissão de energia é algo natural, mas que nos outros países não chega aos 4%. Já no Brasil, somente a perda por transmissão é de 16%.

"Na Coreia, a perda não passa de 4%. No Texas, nos Estados Unidos, é menos de 2%. No Canadá, Japão, a mesma faixa. Imagina o governo japonês pagar porque tem um grupo que não paga. Aqui, nós aceitamos com naturalidade e essa é a minha briga na Comissão de Minas e Energia. O brasileiro tem aceitado isso com naturalidade e o governo tem fechado os olhos para essa questão", afirmou.

O parlamentar explica ainda que no caso específico das perdas por transmissão, muitas delas são causadas por falta de uma manutenção regular das empresas responsáveis pelo fornecimento de energia.

"Aqui perde porque as redes são mal projetadas, antigas, transformadores obsoletos, fios e cabos que não suportam a demanda. Isso tudo colabora para uma perda inaceitável e aqui estamos aceitando", pontuou.

O parlamentar completa ainda dizendo que o reparo dos equipamentos antigos, que poderiam reduzir a perda por transmissão de energia, não é buscado pelas empresas. "Para elas é muito cômodo. Tem quem paga. É muito bom para a empresa", declarou.

No caso das perdas não técnicas, ou seja, aquelas que são causadas por consumidor que não pagou a sua conta, o parlamentar afirma que esta parece ser uma realidade quase exclusiva do País.

"O Brasil é campeão desta prática. Como se fôssemos responsáveis por aquele que não paga a conta", reclamou.

PROJETO DE LEI – Sobre o projeto de lei que quer fixar em 5% os custos com perdas técnicas e não técnicas, o parlamentar informou que a previsão é que a proposta seja aprovada no começo de maio na Comissão de Minas e Energia.

Sobre se a redução pode prejudicar as empresas responsáveis pelo fornecimento, o deputado declarou que as companhias devem se responsabilizar pela cobrança dos inadimplentes.

"A empresa que se modernize, que vá cobrar de quem não está pagando. O aparato das nossas leis dá uma condição muito boa para que a empresa penalize quem não paga e quem rouba energia. Não podem ser os outros, que mantêm as suas contas em dia, que podem ser penalizados por isso", completa. (P.C.)

<https://folhabv.com.br/noticia/Projeto-quer-reduzir-custos-da-conta-de-energia/52487>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web (https://www.folhabv.com.br)	Boa Vista	Cidade	12/04/2019

Boa Vista/Roraima - 11 de janeiro de 2019

FOLHA
DE BOA VISTA

VENHA TRABALHAR COM A GENTE

ASSINE JÁ |

COLUNAS BLOGS CIDADES ESPORTES POLÍCIA POLÍTICA VARIEDADES SAÚDE RÁDIO FOLHA FOLHA DIGITAL FALE CONOSCO

MECIAS GARANTE

Regularização de área urbana de Pacaraima até junho

Iniciativa do senador visa corrigir irregularidade da lei de homologação da terra indígena São Marcos

Por **Paola Carvalho**

Em 22/04/2019 às 01:24



Parlamentar afirma que sem área urbana, população do município não tem segurança de ter seu título de terra (Foto: Diane Sampaio/FolhaBV)

A necessidade de regularização das terras do município de Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, motivou o senador Mecias de Jesus (PRB) a criar o Projeto de Decreto Legislativo nº 028 que define a área urbana da cidade.

Durante entrevista ao programa Agenda da Semana, na Rádio Folha 100.3 FM, no domingo, 21, o senador deu esclarecimentos sobre o projeto. De acordo com ele, a medida é uma correção necessária após a homologação da terra indígena de São Marcos, que não incluiu a área urbana de Pacaraima.

"Nós chegamos a verificar que o município de Pacaraima "não existe". Ele é totalmente virtual por não existir essa área urbana. O proprietário não pode ter um título definitivo da sua área, da sua residência, do seu comércio. A prefeitura não pode distribuir terrenos porque lá não é uma área do

município, lá é uma área indígena. Isso é um erro cometido na criação da reserva São Marcos", apontou Mecias.

O senador ressalta ainda que a regularização pode ser feita através de decreto legislativo por se basear em algo que a lei deixou de reconhecer. Ele explica que quando foi criada a terra indígena de Raposa Serra do Sol tiveram o cuidado de excluir a área urbana do município de Uiramutã, mas não houve o mesmo na homologação da terra indígena de São Marcos.

"Quando foi criada a Raposa Serra do Sol, o Supremo Tribunal Federal [STF] teve um cuidado de excluir a área urbana do município de Uiramutã. Pacaraima não teve isso", ressalta.

Mecias alerta que a falta de regularização das terras do município prejudica o desenvolvimento de Pacaraima. "Isso prejudica o comércio local, os empresários, as famílias. Quem é que quer fazer um investimento em Pacaraima, gastar R\$ 200 mil em um terreno, se não poderá ter um documento da prefeitura?", questiona. "Esse projeto corrige essa distorção e dá ao município de Pacaraima uma área urbana. O decreto passa a ser constitucional, passa a ser legal, a ter regimentalidade em função de ter sido um ato falho da lei", complementa.

PREVISÃO DE APROVAÇÃO – O senador explica que o projeto já está pronto para ser votado e que inclusive tem uma previsão de aprovação da proposta para até o fim de maio ou início de junho, antes do recesso parlamentar. O decreto precisa primeiro, no entanto, ser discutido nas comissões antes de ser levado a plenário.

"O relator do decreto é o senador Telmário Mota [Pros] e deve ser apresentado na próxima semana na Comissão de Direitos Humanos. Em seguida, segue para a Comissão de Constituição e Justiça. Pedimos avaliação da assessoria jurídica do Senado, que deu parecer favorável. Acredito que até o fim de maio o projeto pode ser votado nas comissões e em plenário", frisou.

Mecias explica ainda que o projeto não vai definir o perímetro da área urbana e que ficará a cargo da Prefeitura de Pacaraima definir as delimitações, contanto que não invada as áreas indígenas.

"Votando no plenário do Senado Federal, em seguida, vai caber ao prefeito do município delimitar a área urbana e aí, sim, passar a emitir os documentos e dar ao povo a segurança jurídica de que tanto precisa", completa.

Com isso, o senador espera que Pacaraima passe a ter os mesmos direitos de todos os outros municípios. "O que existe hoje é um bom acordo com os índios, em que eles reconhecem o limite urbano. Mas na lei não existe. Tecnicamente, a prefeitura deveria pedir permissão da Fundação Nacional do Índio [Funai] até para fazer a limpeza nas ruas, por isso a importância de regularizar esta situação e dar segurança para a população", declarou.

<https://folhabv.com.br/noticia/Regularizacao-de-area-urbana-de-Pacaraima-ate-junho/52490>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web (https://www.folhabv.com.br)	Boa Vista	Política	22/04/2019

Boa Vista/Roraima - 11 de janeiro de 2019

FOLHA
DE BOA VISTA

VENHA TRABALHAR COM A GENTE

ASSINE JÁ |

COLUNAS BLOGS CIDADES ESPORTES POLÍCIA POLÍTICA VARIEDADES SAÚDE RÁDIO FOLHA FOLHA DIGITAL FALE CONOSCO

ORÇAMENTO

Xingu diz que PEC obriga Executivo a cumprir emendas imposit

Por [Paola Carvalho](#)

Em 22/04/2019 às 01:16



Segundo Xingu, medida fortalece a ação parlamentar, além de impedir que interesses políticos interfiram na aplicação dos recursos (Foto: Diane Sampaio/FolhaBV)

Uma proposta de emenda constitucional (PEC) do deputado estadual Jânio Xingu (PSB) determina que o governo do estado seja obrigado a executar as emendas orçamentárias impositivas individuais.

Em entrevista ao programa Agenda da Semana, na Rádio Folha 100.3 FM, neste domingo, 21, o vice-presidente da Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR) explicou a proposta.

"Isso significa que uma entidade poderia recorrer aos deputados para buscar recursos. Por exemplo, uma instituição voltada para pacientes com câncer do Estado. Às vezes, os deputados colocavam no orçamento e o governo não cumpria por que não era impositivo. Agora, não. Deixa de ser autorizativo para ser impositivo. Tem que fazer", explica.

Com a proposta, os valores encaminhados pelos parlamentares também têm que ser destinados àquilo que o deputado aplicou. No caso, se a emenda é voltada para a saúde, não pode ser utilizada para a infraestrutura ou educação.

"Se o deputado chegar e colocar R\$ 200 mil para uma entidade que ajuda pacientes com câncer, o governador só pode aplicar esse valor com a entidade. Não pode pegar e gastar com estrada, energia, água. Só pode gastar com aquilo que foi proposto pelo deputado", completa.

Para Xingu, a medida fortalece a ação parlamentar, além de impedir que interesses políticos interfiram na aplicação dos recursos.

"A questão da emenda parlamentar era uma ficção. Nós conversávamos com os prefeitos. Dizia que ia colocar um valor para colocar um posto de saúde ou uma escola. O prefeito anunciava para a população e não saía nada, trazendo prejuízo para a população e também para a imagem do prefeito e do parlamentar", afirma.

"O governador, por condições políticas, por simpatizar com um deputado, executava a emenda dele. Isso acabou. A PEC dá segurança. O deputado pode ser da base ou contra o governo. Se não cumprir, o governador ou governadora pode ser punido com crime de responsabilidade", acrescentou Xingu.

PEC – O parlamentar explicou que a proposta já foi publicada e está valendo, antes da votação da Lei Orçamentária Anual (LOA) em plenário. O vice-presidente da ALE-RR ressalta, no entanto, que foi feito um acordo entre os poderes Legislativo e Executivo para beneficiar as vicinias de Roraima, fazendo com que as emendas impositivas dos deputados fossem destinadas para recuperação de estradas e pontes.

"O governo do Estado quer pegar um trecho de alguns quilômetros e transformar todas as pontes de madeira desse trecho em pontes de cimento. Isso vai servir como laboratório para que, daqui para frente, a gente coloque mais recursos no orçamento do ano que vem para dar continuidade a esse trabalho", completou.

"É o próprio governo que vai decidir [a aplicação de recursos]. É uma carta branca que os deputados estaduais deram, uma demonstração de respeito pelo Estado. Demos um voto de confiança para que o governador possa colocar em prática suas ideias", informou Xingu.

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Folha Web (https://www.folhabv.com.br)	Boa Vista	Política	22/04/2019

Boa Vista/Roraima - 11 de janeiro de 2019

VENHA TRABALHAR COM A GENTE

ASSINE JÁ

FOLHA
DE BOA VISTA

COLUNAS BLOGS CIDADES ESPORTES POLÍCIA POLÍTICA VARIEDADES SAÚDE RÁDIO FOLHA FOLHA DIGITAL FALE CONOSCO

CRISE MIGRATÓRIA

Comissão externa visita Roraima nos dias 29 e 30 de abril

Iniciativa do deputado federal Antônio Nicoletti (PSL) quer averiguar impacto da migração nos brasileiros em Roraima

Por [Paola Carvalho](#)

Em 22/04/2019 às 01:16



Segundo parlamentar, previsão é que sejam feitas visitas às unidades de saúde em Boa Vista e Pacaraima (Foto: Diane Sampaio/FolhaBV)

Membros da Comissão Externa para tratar sobre a crise na Venezuela devem chegar a Roraima nos dias 29 e 30 de abril, com o objetivo de averiguar os impactos da migração na população brasileira do Estado.

A comissão, de iniciativa do deputado federal Antônio Nicoletti (PSL), quer visitar unidades de saúde em Boa Vista e Pacaraima e outros pontos cruciais do Estado para verificar a situação in loco da migração em Roraima, além de possibilitar a vinda de recursos para a região.

"Criamos essa comissão e estou trazendo a comitiva nos dias 29 e 30 de abril, com deputados que conhecem a necessidade do Estado e que podem contribuir", explicou durante o programa Agenda Parlamentar, na Rádio Folha 100.3 FM, no sábado, 20.

Além de Nicoletti, a comissão é formada pelos deputados federais Eduardo Bolsonaro (PSL/SP), Coronel Chrisóstomo (PSL/RO), Delegado Pablo (PSL/AM), Delegado Waldir (PSL/GO), General Girão (PSL/RN), José Medeiros (PODE/MT) e Roberto Pessoa (PSDB/CE).

Segundo o parlamentar, a previsão é que a comissão visite o Hospital Geral de Roraima (HGR), o Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazareth, Hospital da Criança, postos de saúde, região do terminal do Caimbé e outros pontos da capital no dia 29. Já no dia 30, a comitiva segue para Pacaraima.

"Estamos oficiando o governo do Estado, a Prefeitura de Boa Vista, a Prefeitura de Pacaraima, as secretarias, para que a gente possa conhecer de perto e mostrar os impactos tanto na capital quanto no município", completou.

O deputado federal ressaltou que a visita objetiva ver os impactos da migração venezuelana na população de Roraima.

"Não é para ver os impactos nos venezuelanos. Eles vão fazer uma visita também aos abrigos, à Operação Acolhida que chegou para melhorar os impactos. Mas precisamos de mais soluções, de mais recursos, de um processo de interiorização mais rápido e para isso é preciso conversar com o governo federal", completou.

O parlamentar ressaltou que a visita também poderá ressarcir ao Estado os gastos que o governo estadual já teve ou que ainda pode ter por conta da migração. Nicoletti destaca, porém, que será necessário primeiro fazer um levantamento dos custos.

"Nós estamos protocolando todos os ofícios. Queremos todos os dados. De quais atendimentos são para venezuelanos, quais para brasileiros. Se já vieram recursos para o Estado no ano passado, este ano. Se vieram para a segurança", afirma. "Precisamos saber se foram poucos e se precisa vir mais ou se vieram e não foram empregados. Queremos ver todas essas questões e sermos parceiros do Estado", completou.

SAÚDE – Outro ponto citado pelo parlamentar é com relação às atribuições de cada ente, seja federal, estadual ou municipal, já que alguns atendimentos são de responsabilidade dos municípios e do Estado, em especial, os de saúde.

Nicoletti explica que entende a atual situação de crise na saúde estadual com algumas recentes reclamações de falta de funcionários suficientes para prestar serviços na maternidade.

"Por isso é importante fazer essa visita in loco, entender a necessidade, levar essa demanda para o governo federal e saber o que de melhor pode ser feito. O nosso principal papel é ver o reflexo no povo roraimense e de que forma podemos ajudar", concluiu.

<https://folhabv.com.br/noticia/Comissao-externa-visita-Roraima-nos-dias-29-e-30-de-abril/52488>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Jornal Económico (https://jornaleconomico.sapo.pt)	Brasil	Economia	22/04/2019



Em entrevista ao Jornal Económico, ministro Adjunto e da Economia assegura que meta das exportações de 50% do PIB em meados da próxima década não está em causa. “As empresas exportadoras têm crescido imenso em quota de mercado”, realçou.



O desacelerar da economia mundial, em particular, da zona euro não coloca em causa a meta de que as exportações chegam a 50% do PIB em meados da próxima década, segundo ministro Adjunto e da Economia.

Em entrevista ao Jornal Económico, Pedro Siza Vieira disse estar convencido “que as nossas exportações vão continuar a crescer mais do que a procura externa”.

“Na estratégia para a internacionalização da economia portuguesa, definimos o objectivo de chegar aos 50% do PIB como valor das exportações em meados da próxima década”, salientou o ministro da tutela. “O Banco de Portugal numa última projecção disse que chegaríamos provavelmente a esse valor em 2021. Não quero comprometer-me com nenhuma previsão, acho que é possível que dentro da primeira metade da próxima década as exportações atingirão o valor desse objectivo”.

Pedro Siza Vieira voltou a destacar a trajetória ascendente das exportações portuguesas. “Há dez anos atrás estávamos com cerca de 20%, agora estamos com 45%. A este ritmo de crescimento das exportações acima do crescimento do PIB, podemos chegar na primeira metade da próxima década a esse objectivo, que há 20 anos era impensável”, frisou.

“As empresas exportadoras portuguesas têm crescido imenso em quota de mercado. Há três anos, por cada mil euros de importações para a União Europeia, sete euros eram de exportações portuguesas. Hoje são 9,3 euros, o que significa que as empresas portuguesas aumentaram a sua quota de mercado”, disse. “Estou convencido que as nossas exportações vão continuar a crescer mais do que a procura externa. Estou a ver muitos exemplos de boas práticas empresariais, de inovação, muito investimento que está a ser agora concretizado, muito orientado para as exportações”.

O ministro desvalorizou ainda as projeções de organismos como o Banco de Portugal e o FMI de que Portugal irá registar pela primeira vez ao fim de nove anos um défice na balança de bens e serviços, preferindo salientar que “se olharmos para estes quatro anos, as previsões que bateram mais certo foram as previsões que o Governo foi apresentando”.

“Os modelos que as instituições fazem projectam as tendências mais recentes. E o que é que estamos a ver? Que houve um crescimento das importações, arrastado pelo crescimento do investimento. Se as empresas estão a investir mais, estão a comprar mais máquinas e equipamentos”, realçou.

“Estamos a ver uma abertura muito grande de centros de engenharia, de desenvolvimento de aplicações, de software. Vemos, por exemplo, investimentos da BMW, da Volkswagen e da Mercedes, a instalarem aqui centros de software para os seus automóveis e camiões. Estamos a ver a Cisco, o BNP Paribas, uma série de empresas tecnológicas a trazerem para aqui centros de inteligência artificial e que vão vender para o mundo inteiro. Isto são exportações de serviços. O movimento de investimento estrangeiro e nacional que estamos a ver está extremamente orientado para os mercados externos”, acrescentou.

Siz Vieira destacou que os investimentos apenas são feitos quando as empresas sabem que irão ter alguma correspondência. “Quando a Volkswagen decide instalar aqui o novo modelo é porque sabe que as exportações depois crescem, como estamos a ver com o T-Roc. Quando em Mangualde vamos ter um novo modelo a ser desenvolvido sabemos que as exportações ali vão crescer. Quando sabemos que a Bosch está a desenvolver novos produtos que estão a ser inventados e produzidos em Portugal, sabemos que vamos exportar não só em volume mais, mas também o valor das exportações vai ser superior. São todos estes exemplos nos permitem supor que as exportações, sejam de bens, sejam de serviços estão a puxar pela economia”, disse.

<https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/ministro-da-economia-exportacoes-vaio-continuar-a-crescer-mais-do-que-a-procura-externa-435684>

VEICÚLO DE COMUNICAÇÃO	CIDADE	EDITORIA	DATA
Site Gazeta do Povo (https://www.gazetadopovo.com.br)	Brasil	Economia	22/04/2019

"

ECONOMIA

Os três países que passaram o Brasil na exportação de industrializados"



"As exportações brasileiras de produtos manufaturados estão em crise. No primeiro trimestre, elas atingiram US\$ 19,4 bilhões, 9,86% a menos do que no mesmo período do ano passado, segundo o Ministério da Economia.

"O Brasil está perdendo espaço para ele mesmo, por causa da falta de reformas, da burocracia e de investimentos em infraestrutura", diz José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

A falta de competitividade dos industrializados é evidente, mesmo em tradicionais clientes como a Argentina e os Estados Unidos.

Levantamento do Observatório de Complexidade Econômica do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (OEC/MIT, na sigla em inglês) mostra que em 2000, 60,2% da pauta de exportações para a maior economia do mundo era composta por máquinas, equipamentos e meios de transporte. Em 2017, esse percentual caiu para 23,9%.

"O movimento coincide com a ascensão da China como grande fornecedor dos americanos. Em 2000, 7,5% das importações americanas eram do país asiático. Em 2017, esse percentual saltou para 22%. E, nesse período, a participação brasileira nas importações americanas permaneceu estável em 1,2%

Na Argentina, o mercado para as máquinas brasileiras vem perdendo espaço. Em 2010, elas eram responsáveis por 19% da pauta de exportações. Sete anos depois, esse percentual caiu para 13%.

A importância dos chineses no mercado argentino vem ganhando importância, de acordo com o levantamento do OEC/MIT. Em 2000, eles eram responsáveis por 4,6% das importações argentinas. Em 2017, por 19%. No mesmo período, a participação brasileira teve uma pequena alta: de 25% para 27%.

Quem está ocupando o lugar do Brasil nos produtos industrializados

Um dos países que vêm ocupando o espaço dos produtos industrializados brasileiros é a China. O país asiático aumentou sua participação no mercado internacional entre 2008 e 2017, tirando a União Europeia da liderança, aponta o Banco Mundial. Em 2008, a China tinha 11,1% de share, passando para 16% em 2017.

“A segunda maior economia mundial atua em todas as frentes de produtos industrializados: dos de baixa complexidade aos de alta”, diz a pesquisadora Lia Valls, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Outro fator que favorece a China, segundo Castro, é a agressiva política comercial e industrial. “Eles estão sofisticando suas exportações e transferindo linhas de produção para outros países”, comenta.

O presidente da AEB também destaca que a China é competitiva porque tem um câmbio favorável e um custo baixo. “O Brasil só tem câmbio. E os ganhos com isso, às vezes, é uma questão temporária.”

Mas não é só a China que vem ganhando espaço no mercado de produtos industrializados. Outros quatro países - Coreia do Sul, Hong Kong, Índia e México - viram sua participação crescer com força entre 2008 e 2017. No período, ela aumentou três pontos percentuais.

Um dos fatores que ajudam a explicar o ganho de mercado, segundo o Banco Central, é a maior inserção desses países nas correntes de comércio internacional. O México, o principal concorrente brasileiro na América Latina, tem 13 tratados de livre comércio. A Índia, que ganhou 0,6 pontos percentuais nesse segmento em dez anos, tem nove. Só para comparar, o Brasil só tem um.”

“Quem tem potencial para expandir sua participação no mercado de produtos é a Índia. “Eles vão ser a China do futuro”, diz Castro. Ele destaca que o país asiático tem mão de obra altamente qualificada em segmentos importantes, como tecnologia da informação, farmacêutica e química.”

<https://www.gazetadopovo.com.br/economia/brasil-perde-espaco-para-china-india-e-mexico-na-exportacao-de-industrializados/>